

REVISTA
FILOSÓFICA
DE
COIMBRA

vol. 22 - número 44 - outubro 2013

vol. 22 - número 44 - outubro 2013

Fundação Eng. António de Almeida



RECENSÕES

Kenny, Anthony. *Filosofia Medieval*, trad. do orig. inglês (2005) por António Infante, revisão científica de Aires Almeida (*Nova História da Filosofia Ocidental*. Vol. II), Gradiva Publicações: Lisboa, 2010, 359pp.

A publicação de uma tradução de mais uma História da Filosofia entre nós não tem de ser forçoso um acontecimento e talvez possa ser mesmo indício da pobreza da produção historiográfica lusitana. De facto, quem no nosso meio pode ou pôde emparceirar com um Hegel, um Zeller, um Copleston, um Russell, um Hirschberger, um Gilson, um Bréhier? E a lista poderia continuar... Dir-se-ia que a complexidade hodierna desta matéria filosófica, ao mesmo tempo que impede a erupção de um filósofo historiador de craveira habilitado a historiar mais de dois mil anos de Filosofia, impele à gestação de projectos colectivos, tais como os de Châtelet, de Kretzmann, de Armstrong, de Schmitt, etc. Também no nosso meio académico partilhámos desta mudança de modelos. Temos assim um cenário que dos nossos Lopes Praça começa a passar aos nossos Pedros Calafates ou Paulos Tunhas, mas, apesar das diferenças que os separam (temporais, temáticas, metodológicas, objectivas, etc.), todos esses projectos estiveram e estão aquém, não do que poderíamos, mas do que deveríamos fazer, além de não termos sido ainda capazes, por circunstâncias que urgeria indagar, de escrever em português uma História da Filosofia (“Ocidental” é um pleonasma, parece-nos) que não se envergonhe de pedir meças com as suas congéneres em outros idiomas. Num tempo sensível à diversidade e complexidade de tal demanda, a monografia ora em apreço – apenas nos interessámos pelo II volume de uma série mais vasta denominada *Nova História da Filosofia Ocidental* – da autoria de um reconhecido filósofo inglês manifesta naturalmente a coragem, o brilho mas igualmente todas as fragilidades de semelhante projecto. Assim, o adjectivo que intitula o projecto deve ser recebido com a temperança ou a bonomia do calendário, forçando-nos a ler a alegada “novidade” apenas na acepção de “última”, pelo menos até hoje. É aliás assim que se deve fazer sempre, pois – repetimos uma palavra que aprendemos com Paul Vignaux – talvez não haja nenhum campo tão volátil em Filosofia como o da descoberta histórica, verdade sobretudo exemplificada no sector mais restrito da ainda chamada (vá-se lá saber porquê) “Filosofia Medieval”. Uma

vez que acabámos de aludir a P. Vignaux talvez valha a pena nomear alguns outros historiadores da dita Filosofia Medieval publicados em português, tais como (entre outros): B.B. Price, J. Hirschberger, E. Gilson, F. Van Steenberghe, E. Jeaneau, A. de Libera, ou D. Luscombe. Acresce que o leitor interessado neste arco historiográfico pode e deve também ler os instrumentos de trabalho do autor desta recensão, de Maria Leonor Xavier (ambos publicados pelas edições Colibri), ou de João Morais Barbosa (em edição da Universidade Nova de Lisboa), além, evidentemente, embora do Brasil, de Luís A. de Boni. Somos daqueles que, contra o horror carnapiano pela História da Filosofia e seus praticantes, costumam lembrar que cabe aos historiadores, no fim de contas, identificar, ressuscitar ou dar valor e voz (ou não) a quem filosofou com voz própria. Mas também – para que tudo fique devidamente clarificado na presunção de leitores mais apressados – somos daqueles que, desde Hegel, consideram a História da Filosofia como um viril trabalho de Filosofia. AK integra-se felizmente no nosso grupo e deve contar-se como um mui relevante filósofo ao articular em diálogo de maneira inteligente e provocadora a filosofia da mente e da linguagem com a história da filosofia, mormente a greco-latina. Preferindo “combinar os métodos”, mais precisamente, da história da filosofia e da filosofia da história (p.9), o crivo pelo qual faz passar, aqui e ali, alguns dos pensares expostos com clareza louvável, revelam-nos o que AK sempre aliás foi sobretudo um filósofo sensível a algum incómodo com que na sua pátria se tem feito filosofia, isto é, sem história. Ainda hoje relemos o seu *Wittgenstein* (1973) com a mesma emoção de há mais de trinta anos e grande proveito. Para esta sensibilidade, que nunca cai no ridículo de idêntica tarefa levada a cabo pelo apesar de tudo notável B. Russell, terá certamente contribuído a sua formação académica também continental (romana), mas a ela AK dá uma vertente que não é inteiramente compatível com a nossa, mas mereceria ser destacada no momento em que nos preparamos para publicitar a sua proeza historiográfica, e acima de tudo a sua versão portuguesa, que nem sempre esteve à altura do autor traduzido. Esclarecendo ser “profissionalmente, um filósofo” a dupla justificação que funda esta sua *New History of Western Philosophy* – a saber: (i) “é uma ilusão acreditar que o estado actual da filosofia representa o ponto mais elevado do labor filosófico” e (ii) “a filosofia dos grandes filósofos do passado não está desactualizada (...) e pode proporcionar-nos elucidação filosófica” – não só é circular e não-especializada em (ii) como presume o progresso (embora não-linear) em (i). É curioso como AK em (ii) cai na armadilha que denuncia a propósito do alegado “continuum” (p.14) da filosofia medieval: concederíamos decerto que um “grande filósofo” não sempre estivesse desactualizado, mas não compreendemos a ingenuidade da adjectivação, insensível e.g. a empareceirar Henrique de Gand com Aquino e Escoto, e talvez só admissível pela confissão pessoal de considerar Tomás de Aquino como “o maior filósofo a Alta Idade Média” (p.14; considerem-se de novo as fragilidades das estafadas secções historiográficas, mas a este propósito é da mais elementar justiça lembrar que o leitor português dispõe do seu *Aquinas*, publicado em Lisboa, 1981). Sem podermos nem querermos ser exaustivos, eis, enfim, algumas

lacunas da obra em apreço, para que o leitor a possa corrigir (as evidentes virtualidades da obra passam sobretudo pelo seu tónus interpretativo anglo-saxónico e consequente retórica também interpretativa, sempre de fácil leitura): uma flagrante e grave lacuna é decerto a quase omissão ou desprezo do pensamento político (vd. p. 110), que longe de se apertar num capítulo sobre a Ética (pp. 271-295) mereceria uma autonomia evidentemente já possível; outros pecados científicos: a quase absoluta ausência de Pseudo-Dionísio Areopagita e de Boécio de Dácia; a incompreensível presença de Gibbon; o disparate na nota da p.45; a ignorância sobre o título do *Periphyseon* (p. 48); a narrativa tão simplificada sobre o denominado “nominalismo” (sic) de Roscelino (repetido em p. 143); as interpretações incoerentes de pp. 64 vs. 85; a versão superficialmente errada sobre Averróis a p. 65; p. 242 a não identificação de Hildeberto na gravura; pp. 253 vs. 256 uma interpretação sobre o pensamento dos/nos animais que podia ser menos distraída; p. 255, linha 4 (como não pudemos ver o original não sabemos dizer se é uma ignorância de AK se uma desatenção do tradutor e revisor científico); a paupérrima análise de pp. 262-4; o desaproveitamento da comparação estabelecida no fim da p. 270; o desconhecimento da tese de C. Capelle (a propósito da p. 288); a falta de identificação da ScG da p. 323... Uma última palavra sobre o útil e sempre necessário processo de revisão da tradução portuguesa, que a nosso ver deve ser feito por especialistas deveras informados e actualizados, atrevendo-nos mesmo a indicar o nome do nosso colega José F. Meirinhos como a pessoa que em Portugal mais bem preparada estaria para levar a bom porto uma tal tarefa. Pensamos, como é óbvio, primeiro, em erros evitáveis (e.g. pp. 31, linha 3; 41, linha 10 bis). Depois, na desejável actualização bibliográfica e na imperiosa informação também bibliográfica sobre os muitos e já decerto importantes trabalhos que no nosso idioma e nas nossas academias vêm sendo publicados sobre a matéria desta monografia – mormente dignas traduções que os editores displicentemente ignoraram (e.g. pp. 19, 35, 57, 81, 86 com erros; 133, 219, 237, 312) – e que, naturalmente, nem mesmo um inglês como AK teria a humilde ousadia de conhecer. Pensamos, por fim, nos disparates que escaparam ao revisor – e portanto a corrigir ou eliminar em próximas edições – como na nota da sua lavra na p. 13, p. 46 e 48 e 49 (sobre Carlos o Calvo e Godescalco), o erro de tradução na p. 47, linha 6; p. 51 (o género da palavra árabe, *falsafa*); p. 52, linha 7 (mentes?); pp. 54 e 56 duas versões geográficas diferentes e, na p. 54, a grafia inglesa de *Xifa* ou de novo a adopção do inglês para Ruxd (p. 65); p. 61, linha 3; p. 70, linhas 10 e 23; p. 76, linha 14 sobre Boaventura; p. 87, linha 7 a contar do fim; p. 98, linha 3; p. 121 a grafia de Eckhart (bis); p. 123 (a divergência gráfica Pléton, Bessarião); p. 184, linha 4 8 (mas é uma opção habitual); p. 191, linha 16 (idem na p. 225); p. 222 (erro de tradução); p. 244; de novo uma tradução embrulhada na p. 332, etc. Assim se compromete o que poderia ter sido pelo menos uma boa iniciativa editorial; oxalá os restantes volumes da série tenham merecido maior respeito e atenção.

Mário Santiago de Carvalho